

**10. CPE.19.23. DMOSM - Empreitada de “Musealização da área das carvalheiras - Área arqueológica, centro de interpretação e área envolvente” - Resposta aos pedidos de esclarecimentos e inclusão das respetivas peças do procedimento em falta; retificação do art.º 22.º do programa do concurso e prorrogação do prazo para apresentação das propostas.**

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de resposta aos pedidos de esclarecimentos; a inclusão das respetivas peças do procedimento em falta; a retificação do art.º 22.º do programa do concurso; e a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

## PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

**N.º Informação:** 103886

**Data:** 21/11/2023

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
<b>O(a) Vereador(a)</b>	<b>O Presidente, à reunião de Câmara,</b>
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	<b>O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara,</b> (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

<b>O(a) Diretor de Departamento</b>	<b>O(a) Diretor(a) Municipal</b>
-------------------------------------	----------------------------------

<b>O(a) Chefe Unidade</b>	<b>O(a) Chefe Divisão</b>
---------------------------	---------------------------

**Concurso Público: CPE.19.23.DMOSM**

Contratação: empreitada de "MUSEALIZAÇÃO DA ÁREA DAS CARVALHEIRAS - ÁREA ARQUEOLÓGICA, CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E ÁREA ENVOLVENTE".

Assunto: **RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E INCLUSÃO DAS RESPETIVAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO EM FALTA; RETIFICAÇÃO DO ART.º 22.º DO PROGRAMA DO CONCURSO; PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.**

**PROPOSTA:**

Submete-se para aprovação:

- A proposta de resposta aos pedidos de esclarecimentos;
- A inclusão das respetivas peças do procedimento em falta;
- A retificação do art.º 22.º do programa do concurso;
- A prorrogação do prazo para apresentação das propostas.

Tudo de acordo com os documentos anexos.

A Técnica da UAC,

**Anexos:**

- 1. Resposta de esclarecimentos;**
- 2. Pedidos de esclarecimentos;**
- 3. Programa do Concurso.**



BRAGA

DMOSM/DOM/UAC

CONCURSO PÚBLICO: CPE.19.23.DMOSM

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,

2023/11/21

Remeta-se à Sr.ª Diretora.

O Diretor do DOM

21/11/2023

Despacho:

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA.

Concurso Público: CPE.19.23.DMOSM

**Contratação:** empreitada de "MUSEALIZAÇÃO DA ÁREA DAS CARVALHEIRAS - ÁREA ARQUEOLÓGICA, CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E ÁREA ENVOLVENTE".

Preço base (Pb): €3.969.823,37 (três milhões noventa e seis mil oitocentos e vinte e três euros e trinta e sete cêntimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 18 (dezoito) meses.

**ASSUNTO:** RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E INCLUSÃO DAS RESPETIVAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO EM FALTA; RETIFICAÇÃO DO ART. 22.º DO PROGRAMA DO CONCURSO; PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.

#### I – PROJETO DE DECISÃO

No âmbito do presente procedimento e na sequência dos pedidos de esclarecimentos apresentados pelos interessados, em conformidade com o artigo 50.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos (doravante abreviado por CCP), propõe-se a aprovação da respetiva resposta prestada pelos projetistas, assim como a aprovação da inclusão

das respetivas peças do procedimento, que se encontravam em falta e a retificação do art.º 22.º do programa do concurso, nomeadamente os requisitos de habilitação do(s) concorrente(s), ou seja, a retificação da 9.ª subcategoria (Ajardinamentos) da 2.ª categoria (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas).

## **I.I – PEDIDOS E RESPOSTAS DE ESCLARECIMENTOS**

### **Empresa 01**

2.1.5 Qual a altura máxima da vedação uma vez que mencionam "altura maior ou igual a 1,5m".

**R:** A altura da malha dos recintos existentes é variável, com secções que chegam a ter 2,5 metros de altura.

2.3.2.(1a4) Neste artigo podemos considerar o modelo L115T20200 da SJ METAL DISTENDIDO, com uma malha de 115x45mm e 2,0mm de espessura (3,65kg/m²)? Solicita-se confirmação.

**R:** Anexa-se ficha técnica para comparação: FT01 - FILS Academy.

O articulado é claro: "ou equivalente". Não há qualquer objeção à utilização de outras referências desde que respeitem aspetos essenciais como: o acabamento ou aspeto final proposto; o peso/m2 dado que o cálculo estrutural foi efetuado tendo em conta o peso das chapas metálicas; e a percentagem de abertura pois é fundamental para a passagem de luz por razões funcionais, térmicas e estéticas.

2.3.3 Para este artigo, será que podemos considerar o produto ISOTECK27 da PERFICHAPA? Solicita-se confirmação.

**R:** Anexa-se ficha técnica para comparação: FT02 - ALUBELTek\_28

O articulado é claro: "ou equivalente". Não há qualquer objeção à utilização de outras referências desde que respeitem aspetos essenciais como: aspeto estético, acabamento e/ou cores finais, peso, propriedades mecânicas, propriedades dos materiais, aspetos térmicos, garantias.

2.3.4.1 Solicita-se o envio das medições detalhada dos perfis retangulares e perfis z, que devemos considerar neste artigo.



R: A estrutura de suporte da chapa metálica será fixada em perfis OMEGA. Medições no artigo 3.2.16

2.3.4.2 Nas peças desenhadas as caleiras são em chapa de zinco e no descritivo do artigo em chapa de aço pré-lacado. Assim, face a esta discrepância, solicitamos indicação de qual o material pretendido neste artigo.

R: O material pretendido neste artigo é chapa de aço galvanizada e lacada.

2.3.4.3 Nas peças desenhadas mencionam chapa de zinco e no descritivo deste artigo chapa de aço pré-lacado. Face a esta discrepância qual o material pretendido para este artigo?

R: O material pretendido neste artigo é chapa de aço galvanizada e lacada.

2.5.1 Para este artigo podemos considerar o produto ISOTECK27 da PERFICHAPA? Solicita-se confirmação.

R: Aplica-se o disposto no artigo 2.3.3

2.5.2 Solicita-se o envio da ficha técnica da chapa distendida ST.8 (ST(1,5x1,5x1,5mm). Não encontramos o produto no fornecedor FILS, conforme mencionado.

R: Enviamos a ficha técnica: "FT03 - FILS ST.8"

2.5.4 Solicita-se o envio do pormenor de execução.

R: Anexa-se planos: "S1-02 FACHADAS CORTE E-E CORTE F-F', gelosia fixa elevação" e "S1-02 FACHADAS CORTE E-E CORTE F-F' gelosia fixa corte"

2.5.5 Solicita-se o envio da ficha técnica da chapa distendida ST.8 (ST(1,5x1,5x1,5mm). Não encontramos o produto no fornecedor FILS, conforme mencionado.

2.5.5 Anexa-se ficha técnica: "FT03 - FILS ST.8"

2.5.16 Neste artigo podemos considerar o produto ISOTECK27 da PERFICHAPA? Solicita-se confirmação.

R: Aplica-se o disposto no artigo 2.3.3

2.5.19 Solicita-se o envio da ficha técnica da chapa distendida ST.8 (ST( 1,5x1,5x1,5mm). Não encontramos o produto no fornecedor FILS, conforme mencionado

**R:** Anexa-se ficha técnica: "FT03 - FILS ST.8"

2.8.1.1 Solicita-se o envio da ficha técnica da chapa distendida ST.8 (ST( 1,5x1,5x1,5mm). Não encontramos o produto no fornecedor FILS, conforme mencionado.

**R:** Anexa-se ficha técnica: "FT03 - FILS ST.8"

2.8.1.2 Solicita-se o envio da ficha técnica da chapa distendida ST.8 (ST( 1,5x1,5x1,5mm). Não encontramos o produto no fornecedor FILS, conforme mencionado.

**R:** Anexa-se ficha técnica: "FT03 - FILS ST.8"

2.8.1.3 Solicita-se o envio da ficha técnica da chapa distendida ST.8 (ST( 1,5x1,5x1,5mm). Não encontramos o produto no fornecedor FILS, conforme mencionado.

**R:** Anexa-se ficha técnica: "FT03 - FILS ST.8"

2.8.2 Solicita-se o envio desenho de pormenores de execução.

**R:** Ver plano "S3A-06: GESTÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO: PASSADIÇOS DE CIRCULAÇÃO"

2.8.3 Solicita-se a indicação da série pretendida para a caixilharia deste artigo. Qual a identificação deste vão no mapa de vãos? Solicita-se o envio de desenho de pormenor.

No descritivo menciona "perfis de 45mm soldados a meia esquadria", no entanto, a "solda" não faz parte do processo de fabrico de alumínio. Assim, solicita-se esclarecimento sobre o que pretendem ao referirem solda?

Qual a composição pretendida para o vidro desta janela?

**R:** A janela proposta é de nível básico. A identificação deste vão no mapa de vãos é "S1-J1".

O termo "soldada" refere-se, neste caso, ao tipo de ligação "a meia esquadria". A ligação mecânica é efetuada por meio de suportes e rebites.

Página 4 de 7



O vidro é laminado de segurança, composto por dois vidros de 3 mm de espessura unidos com um filme incolor de polivinil butiral, de 0,38 mm de espessura, classificação de prestações 2B2, segundo EN 12600, fixado sobre caixilharia com cunhagem através de calços de apoio perimetrais e laterais, vedação a frio com silicone sintético incolor (não acrílico), compatível com o material suporte.

2.8.6 Entendemos que este artigo é o vão S2-J1, será que estamos certos na nossa interpretação? Solicita-se confirmação.

No mapa de vãos, quando mencionam "painel cego" estão a referir-se a vidro fosco ou leva alguma chapa de alumínio? Solicita-se esclarecimento.

Verificamos que os vidros deste vão possuem dimensão fora dos parâmetros normais das chapas de vidro.

Assim, questionamos se podemos redimensionar o vão, colocando mais prumos, de forma a diminuir a sua dimensão.

**R:** O vão deste artigo corresponde a S2-J1.

Painel cego: vidro serigrafado SAINT-GOBAIN 5+5 / 16 / 10 mm, sem chapa de alumínio.

Para a definição das dimensões do vidro desta janela, trabalhamos com a Saint Gobain.

Anexa-se ficha técnica "FT04 - SAINT-GOBAIN Vidro Janela Centro Visitantes"

2.8.7 Entendemos que este artigo é o vão S2-J2, será que estamos certos na nossa interpretação? Solicita-se confirmação.

No mapa de vãos, quando mencionam "painel cego" estão a referir-se a vidro fosco ou leva alguma chapa de alumínio? Solicita-se esclarecimento.

**R:** O vão deste artigo corresponde a S2-J2.

Painel cego: vidro serigrafado SAINT-GOBAIN 5+5 / 16 / 10 mm, sem chapa de alumínio.

2.8.10 Solicita-se a indicação da série pretendida para a caixilharia deste artigo.

Qual a identificação deste vão no mapa de vãos?

Solicita-se o envio de desenho de pormenor.



Qual o preenchimento deste vão, vidro ou chapa de alumínio? Caso seja vidro solicita-se a indicação da composição do vidro pretendido.

**R:** Caixilharia de aço galvanizado de 1,5 mm de espessura com junta intumescente. A porta é de alumínio.

A identificação é S2-P5.

Anexa-se plano "S2 CENTRO DE VISITANTES-S2-17 MAPA DE VÃOS 01"

2.8.11.1 Solicita-se o envio do mapa de vãos do setor S3B.

Agradecemos o envio da ficha técnica da chapa distendida ST.8 (ST( 1,5x1,5x1,5mm). Não encontramos o produto no fornecedor FILS, conforme mencionado.

**R:** Anexa-se plano "S3B-06 MAPA DE VÃOS"

Anexa-se ficha técnica: "FT03 - FILS ST.8"

2.8.11.2 Solicita-se o envio do mapa de vãos do setor S3B.

Agradecemos o envio da ficha técnica da chapa distendida ST.8 (ST( 1,5x1,5x1,5mm). Não encontramos o produto no fornecedor FILS, conforme mencionado.

**R:** Enviamos plano "S3B-06 MAPA DE VÃOS"

Anexa-se ficha técnica: "FT03 - FILS ST.8"

2.8.11.3 Solicita-se o envio do mapa de vãos do setor S3B.

Agradecemos o envio da ficha técnica da chapa distendida ST.8 (ST( 1,5x1,5x1,5mm). Não encontramos o produto no fornecedor FILS, conforme mencionado.

**R:** Anexa-se plano "S3B-06 MAPA DE VÃOS".

Anexa-se ficha técnica: "FT03 - FILS ST.8"

2.8.19 Solicita-se o envio de pormenor de execução.

**R:** Anexa-se "CV-04 PLANTA GERAL INTERVENÇÕES apse frigidario elevação"

Anexa-se "CV-04 PLANTA GERAL INTERVENÇÕES apse frigidario planta"

2.8.20 Solicita-se o envio de ficha técnica da chapa distendida ST.8 (ST( 1,5x1,5x1,5mm).

Não encontramos o produto no fornecedor FILS, conforme mencionado.

R: Anexa-se ficha técnica: "FT03 - FILS ST.8"

2.8.24 Os muros de vedação são para incluir neste artigo? Em caso afirmativo, solicita-se a indicação do material de execução destes muros (alvenaria de bloco ou de betão)?

R: Não. Os muros de vedação não estão incluídos neste artigo dado que fazem parte da estrutura de muros de contenção de betão (ver cortes gerais, plano S4-03).

3.1.1 Para uma melhor avaliação do terreno da presente empreitada, solicita-se o envio do relatório geotécnico.

R: Anexa-se o relatório geotécnico, constante das partes escritas do projeto de estruturas.

3.2.1 Nos desenhos, na legenda dos materiais o betão de limpeza é C16/20 e no descritivo C12/15. Assim qual é o tipo de betão a plicar como betão de limpeza?

R: A classe de betão pretendida é C16/20

3.2.4 No descritivo deste artigo pede 20cm de touvenant + 20cm de brita, no entanto, no desenho de pormenor estas camadas têm 15cm de espessura. Assim, qual a espessura que devemos considerar para estas camadas (20cm ou 15cm)?

R: Considerar elementos e espessuras descritas no articulado.

3.2.5 O descritivo deste artigo não está de acordo com o pormenor das escadas térreas. Assim, o que prevalece, o descritivo do artigo ou o pormenor de execução?

R: Considerar elementos e espessuras descritas no articulado.

3.2.7 Qual a quantidade de betão com consistência S4 que devemos considerar neste artigo?

Neste artigo é para considerar betão à vista em algum pilar ou parede? Em caso afirmativo quais os pilares e paredes que são para ficar à vista?

R: Considerar que toda a quantidade é para consistência S3

3.2.8 De acordo com o mapa de paredes o betão de elementos de betão aparente têm de ser C30/37-XC4, D15, S4. Face a esta incongruência, solicita-se esclarecimento, sobre qual o tipo de betão a aplicar neste artigo.

R: Considerar C30/37-XC4, D15, S4



3.2.14 Relativamente à pintura intumescente o Caderno de Encargos, refere uma proteção de 60 minutos, nas peças desenhadas e descritivo deste artigo a proteção é de 30 minutos. Assim, o que devemos considerar?

Questionamos se os perfis tubulares serão enformados a frio (EN10219) ou laminados a quente (EN10210).

**R:** Considerar pintura intumescente para 30min.

Os tubulares serão EN 10210 S355.

3.2.19 Para este artigo pretendem chapa distendida ou piso em gradil?

Solicitamos a indicação do fornecedor deste produto em Portugal ou indicação de marca portuguesa equivalente.

Solicita-se o envio da ficha técnica do produto pretendido para este artigo.

**R:** Considerar chapa distendida.

Anexa-se ficha técnica "FT05 - pianerottoligriglio\_fils\_lamierastirata".

3.2.20 Para este artigo pretendem chapa distendida ou piso em gradil?

Solicitamos a indicação do fornecedor deste produto em Portugal ou indicação de marca portuguesa equivalente.

Solicita-se o envio da ficha técnica do produto pretendido para este artigo.

**R:** Considerar chapa distendida.

Anexa-se ficha técnica "FT05 - pianerottoligriglio\_fils\_lamierastirata"

#### Empresa 02

3.2.19 Solicita-se informação referente ao gradil, com indicação de dimensões para fabrico, ou onde se aplica.

**R:** Remete-se ficha técnica em anexo do produto "tipo". Aplica-se na secção S3a e S3b, em passadiços.

3.2.20 Solicita-se informação referente ao gradil, com indicação de dimensões para fabrico, ou onde se aplica.

**R:** Remete-se ficha técnica em anexo do produto "tipo". Aplica-se na secção S3a, em escadas.

## **II – PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

Propõe-se ainda, a prorrogação do prazo para entrega das propostas, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 64.º do CCP, a contar da publicação do Aviso de Prorrogação do Prazo, no Diário da República, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 130.º do mesmo código.

## **III – PREÇO BASE**

Não há alteração do preço base.

21 de novembro de 2023

O Júri do Procedimento

### **Em anexo:**

- Pedidos de Esclarecimentos;
- Resposta aos Pedidos de Esclarecimentos;
- Programa do Concurso.



**EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA****PARTE A - PROGRAMA DO CONCURSO****Concurso Público: CPE.19.23.DMOSM**

**Contratação:** empreitada de “**MUSEALIZAÇÃO DA ÁREA DAS CARVALHEIRAS -  
ÁREA ARQUEOLÓGICA, CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E ÁREA  
ENVOLVENTE**”.

**Preço base (Pb): €3.969.823,37 (três milhões novecentos e sessenta e nove mil oitocentos e vinte e três euros e trinta e sete cêntimos) (Sem IVA);**

**Prazo máximo de execução da empreitada: 18 (dezoito) meses.**

Página 1 de 32

**ÍNDICE**

<b><i>I - Disposições Gerais.....</i></b>	<b><i>5</i></b>
Artigo 1.º .....	5
(Identificação do concurso e da entidade adjudicante) .....	5
Artigo 2.º .....	5
(Decisão de contratar) .....	5
Artigo 3.º .....	6
(Tipo de procedimento) .....	6
Artigo 4.º .....	6
(Consulta e fornecimento das peças do procedimento) .....	6
Artigo 5.º .....	6
(Objeto do concurso) .....	6
<b><i>II – Concorrentes.....</i></b>	<b><i>6</i></b>
Artigo 6.º .....	6
(Modalidade jurídica de associação de empresas) .....	6
Artigo 7.º .....	7
(Associação em caso de adjudicação) .....	7
<b><i>III – Elaboração de propostas.....</i></b>	<b><i>7</i></b>
Artigo 8.º .....	7
(Reclamações ou dúvidas sobre as peças patenteadas no concurso) .....	7
Artigo 9.º .....	8
(Esclarecimentos oficiais) .....	8
Artigo 10.º .....	8
(Inspeção do local dos trabalhos) .....	8
Artigo 11.º .....	8
(Parâmetros base e aspetos vinculativos) .....	8
Artigo 12.º .....	9
(Documentos que constituem as propostas) .....	9
Artigo 13.º .....	10

(Idioma dos documentos da proposta) .....	10
Artigo 14.º .....	10
(Proposta variante) .....	10
<b>IV – Apresentação das propostas .....</b>	<b>10</b>
Artigo 15.º .....	10
(Prazo de apresentação das propostas) .....	10
Artigo 16.º .....	11
(Modo de apresentação das propostas) .....	11
<b>V – Análise e avaliação das propostas.....</b>	<b>11</b>
Artigo 17.º .....	11
(Esclarecimentos sobre as propostas).....	11
Artigo 18.º .....	12
(Suprimento da proposta).....	12
Artigo 19.º .....	12
(Critério de adjudicação) .....	12
Artigo 20.º .....	12
(Negociação) .....	12
Artigo 21.º .....	12
(Audiência prévia e adjudicação) .....	12
<b>VI – Habilitação e caução .....</b>	<b>13</b>
Artigo 22.º .....	13
(Requisitos).....	13
Artigo 23.º .....	14
(Documentos de habilitação) .....	14
Artigo 24.º .....	15
(Caução).....	15
<b>VII – Disposições Finais .....</b>	<b>15</b>
Artigo 25.º .....	15
(Comunicações).....	15
Artigo 26.º .....	16
(Despesas e encargos) .....	16
Artigo 27.º .....	16

<b>(Legislação aplicável) .....</b>	<b>16</b>
<b>Artigo 28.º .....</b>	<b>16</b>
<b>(Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas) .....</b>	<b>16</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>17</b>
<b>MODELO DE DECLARAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º] .....</b>	<b>17</b>
<b>ANEXO II .....</b>	<b>19</b>
<b>ANEXO III .....</b>	<b>20</b>
<b>ANEXO IV.....</b>	<b>21</b>
<b>ANEXO V .....</b>	<b>22</b>
<b>ANEXO VI.....</b>	<b>24</b>



**PROGRAMA DO CONCURSO****Concurso Público: CPE.19.23.DMOSM****I - Disposições Gerais****Artigo 1.º****(Identificação do concurso e da entidade adjudicante)**

1.- O presente programa regula o procedimento de contratação da empreitada de obras públicas de **“MUSEALIZAÇÃO DA ÁREA DAS CARVALHEIRAS - ÁREA ARQUEOLÓGICA, CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E ÁREA ENVOLVENTE”**.

2.- A presente contratação é promovida pelo Município de Braga, que se assume como entidade adjudicante.

3.- A entidade adjudicante tem sede na Praça Municipal, 4700 – 435 Braga, e oferece os contactos seguintes:

- a) Telefone: +351253616060;
- b) Telefax: +253203151;
- c) Endereços eletrónico: [contratacao.empreitadas@cm-braga.pt](mailto:contratacao.empreitadas@cm-braga.pt)
- d) Plataforma eletrónica: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

**Artigo 2.º****(Decisão de contratar)**

1- A decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do *Código dos Contratos Públicos*, cabe ao Presidente da Câmara Municipal de Braga, no uso de competência própria.

2 – Para cumprimento do artigo 36.º n.º 5 do Código dos Contratos Públicos, é de referir que o presente projeto reúne os pareceres favoráveis, obrigatórios e vinculativos, das seguintes entidades:

- AGERE;
- DRCN;
- E-REDES.

**Artigo 3.º****(Tipo de procedimento)**

1.- A contratação é precedida pelo presente procedimento de concurso público, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, c) e 130.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- O procedimento de concurso público foi escolhido ao abrigo do critério do valor, nos termos do disposto no artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, sem publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

**Artigo 4.º****(Consulta e fornecimento das peças do procedimento)**

1.- O programa do procedimento e o caderno de encargos, bem como os demais documentos que integram o presente procedimento, encontram-se patentes na página da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), e, em papel ou em formato eletrónico, na sede da entidade adjudicante, identificada no n.º 2 do artigo 1.º, onde podem ser consultados durante as horas de expediente, desde o dia da abertura do procedimento na plataforma eletrónica referida, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2.- Nas consultas não é permitida a reprodução por cópia, fotografia ou processo semelhante, de quaisquer documentos, nem neles fazer qualquer tipo de inscrição.

**Artigo 5.º****(Objeto do concurso)**

1.- O concurso tem por objeto a escolha dos cocontratantes da entidade adjudicante para a execução do contrato de **“MUSEALIZAÇÃO DA ÁREA DAS CARVALHEIRAS - ÁREA ARQUEOLÓGICA, CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E ÁREA ENVOLVENTE”**.

2.- O procedimento destina-se à formação de um único contrato, não estando prevista a adjudicação por lotes, dado que a entidade adjudicante considera que as prestações a abranger pelo respetivo objeto são técnica e funcionalmente incindíveis.

**II – Concorrentes****Artigo 6.º****(Modalidade jurídica de associação de empresas)**

1.- Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, independentemente da atividade por elas exercida, sem que entre elas exista necessariamente qualquer modalidade jurídica de associação, desde que subscrevam e apresentem ao concurso declaração de intenção de associação jurídica, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente regulamento.

2.- Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

3.- Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta que apresentarem.

### **Artigo 7.º**

#### **(Associação em caso de adjudicação)**

1.- No caso de adjudicação, as empresas do agrupamento associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, conforme a opção do adjudicatário, mas sempre em regime de responsabilidade solidária passiva.

2.- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade adjudicante poderá consagrar diretamente no título contratual a responsabilidade solidária passiva das várias entidades que integrem o adjudicatário quando, para efeitos do disposto no número anterior, a modalidade de associação escolhida não implique a criação de uma entidade com personalidade jurídica.

## **III – Elaboração de propostas**

### **Artigo 8.º**

#### **(Reclamações ou dúvidas sobre as peças patenteadas no concurso)**

1.- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser apresentados pelo concorrente através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), à entidade adjudicante, até às **18h00 do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas**.

2.- Até à data limite referida no número anterior, deve o convidado apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.

3.- Os esclarecimentos, as retificações e a lista com a identificação dos erros e omissões detetados pelo convidado será disponibilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, até ao termo **do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas**.

4.- A falta da prestação de esclarecimentos no prazo previsto nos números anteriores poderá justificar a prorrogação, por período correspondente, do prazo para a apresentação das propostas, desde que requerida tempestivamente por qualquer interessado.

**Artigo 9.º****(Esclarecimentos oficiais)**

A entidade adjudicante poderá, oficiosamente, proceder à prestação de esclarecimentos e efetuar retificações de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no n.º 3 do artigo anterior.

**Artigo 10.º****(Inspeção do local dos trabalhos)**

1.- Até à data limite para a apresentação das propostas, os interessados poderão inspecionar o local e nele efetuar todos os reconhecimentos e testes que entendam necessários à elaboração da sua proposta, tendo em consideração que o adjudicatário não poderá invocar o desconhecimento das condições do local, nomeadamente físicas e/ou estruturais, para se exonerar das suas responsabilidades.

2.- As inspeções e os testes são da exclusiva conta e risco dos interessados, competindo-lhes obter todas as autorizações ou licenças necessárias, bem como suportar todos os custos, indemnizações ou outros encargos daí eventualmente resultantes.

3.- Os elementos disponibilizados pela entidade adjudicante, nomeadamente com as peças de concurso, são-no a título meramente indicativo e auxiliar, não sendo aquela entidade, de forma alguma, responsável pelas informações aí contidas, nomeadamente as respeitantes às condições locais.

**Artigo 11.º****(Parâmetros base e aspetos vinculativos)**

1.- O preço base do procedimento é de **€3.969.823,37 (três milhões novecentos e sessenta e nove mil oitocentos e vinte e três euros e trinta e sete cêntimos) (sem IVA)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, sem prejuízo da possibilidade prevista no artigo 70.º n.º 6 do CCP, ou seja, no caso, em que todas as propostas tenham sido excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 (que o preço contratual seria superior ao preço base) e cujo preço não exceda em mais de 20% o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, desde que:

a) Essa possibilidade se encontre prevista no programa do procedimento e a modalidade do critério de adjudicação seja Multifator;

b) O preço da proposta a adjudicar respeite os limites previstos no n.º 4 do artigo 47.º do CCP;



c) A decisão de autorização da despesa já habilite ou seja revista no sentido de habilitar a adjudicação por esse preço.

2.- O prazo de execução é de **18 meses**, significando este o prazo máximo de execução das prestações que constituem o objeto do contrato e que pode ser oferecido pelo concorrente.

3.- A violação dos parâmetros base implica a consequência (exclusão da proposta) prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

### **Artigo 12.º**

#### **(Documentos que constituem as propostas)**

1.- Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas, **sob pena de exclusão**, dos documentos seguintes, elaborados nos termos previstos no *Código dos Contratos Públicos*, designadamente em conformidade com o seu artigo 57.º:

- a) **Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, conforme o modelo constante do **Anexo I** ao presente regulamento;
- b) **Declaração de intenção de associação jurídica**, no caso previsto no artigo 5.º deste programa, conforme o modelo constante do **Anexo III**;
- c) **Declaração** contendo a indicação do preço e do prazo para a conclusão dos trabalhos;
- d) **Lista dos preços unitários da obra** todas as espécies de trabalho e quantidades previstas no projeto de execução, de acordo com o mapa de quantidades patenteado no concurso, devendo os preços unitários ser arredondados a duas casas decimais;
- e) **Indicação dos preços parciais** propostos em correspondência às habilitações contidas no alvará, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do *Código dos Contratos Públicos*, aplicando-se o disposto no n.º 5 desse mesmo normativo se for o caso;
- f) **Declaração de compromisso da execução dos trabalhos, do subempreiteiro**, se aplicável;
- g) **Programa de trabalhos (plano de trabalhos; plano de mão de obra e plano de equipamentos)**, elaborado nos termos do disposto no artigo 361.º do *Código dos Contratos Públicos*, compreendendo, com respeito pelo prazo de execução, a fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho previstas, a especificação dos meios e a definição do correspondente plano de pagamentos;
- a) **Um plano de pagamentos** que contenha a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor de cada uma das espécies de trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo

com o plano de trabalhos a que diga respeito, nos termos do artigo 361-A do Código dos Contratos Público.

- b) **Um cronograma** financeiro contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos;
- c) **Memória Justificativa e Descritiva** do modo de execução da obra, de acordo com o plano de trabalhos.

2.- Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

3.- Todos os documentos identificados nos números anteriores terão de ser, obrigatoriamente, documentos eletrónicos, nos termos do respetivo regime jurídico, assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão.

#### **Artigo 13.º**

##### **(Idioma dos documentos da proposta)**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, exceto nos documentos referentes a catálogos, especificações técnicas, esquemas, gráficos, homologações e certificados de qualidade relativos apenas e somente a materiais e equipamentos propostos, os quais também podem ser redigidos em língua estrangeira, devendo neste caso ser redigidos em espanhol, francês ou inglês.

#### **Artigo 14.º**

##### **(Proposta variante)**

Não é admitida a apresentação de proposta(s) variante(s), considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do *Código dos Contratos Públicos*, a(s) proposta(s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha(m) atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

### **IV – Apresentação das propostas**

#### **Artigo 15.º**

##### **(Prazo de apresentação das propostas)**

1.- Os documentos que constituem as propostas, indicados no artigo 12.º do presente programa de concurso, deverão ser entregues até às **18H00 do 30º dia** a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

2.- Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **120 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, renovando-se por igual período caso os concorrentes, naquele prazo, nada requeiram em contrário.

**Artigo 16.º****(Modo de apresentação das propostas)**

1.- Os documentos que constituem a proposta devem ser diretamente apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, através do endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

2.- No caso de a plataforma eletrónica prevista no número anterior se encontrar indisponível, os documentos da proposta devem ser apresentados através do endereço de correio eletrónico previsto na alínea c) n.º 3 do artigo 1.º do presente programa do procedimento ([contratacao.empreitadas@cm-braga.pt](mailto:contratacao.empreitadas@cm-braga.pt)).

3.- O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta e dos documentos que a acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõe.

4.- A receção da proposta é registada com referência à data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico de receção.

5.- O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do *Código dos Contratos Públicos* e do artigo 64.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, deverá observar os requisitos para os ficheiros das propostas, exigidos no presente programa do procedimento, sob pena de exclusão da proposta.

6.- O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do *Código dos Contratos Públicos*, deverá observar o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

7.- No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os concorrentes devem proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8.- A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita no n.º 6 do presente normativo.

9.- A não apresentação de algum dos documentos indicados no artigo 12.º deste programa do concurso determina a exclusão da proposta.

**V – Análise e avaliação das propostas****Artigo 17.º****(Esclarecimentos sobre as propostas)**

1.- O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito de análise e de avaliação das propostas, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.

3.- Todos os concorrentes serão notificados da prestação de esclarecimentos e de que os mesmos se encontram juntos ao processo.

### **Artigo 18.º**

#### **(Suprimento da proposta)**

1.- O júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidas nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

2.- O suprimento das irregularidades das propostas, será efetuado em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*.

### **Artigo 19.º**

#### **(Critério de adjudicação)**

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada, nos termos do artigo 74.º, número 1, alínea a) do *Código dos Contratos Públicos*, através da modalidade Multifator, em conformidade com o Anexo VI (Regulamento de análise das propostas).

### **Artigo 20.º**

#### **(Negociação)**

As propostas não serão objeto de negociação.

### **Artigo 21.º**

#### **(Audiência prévia e adjudicação)**

1.- A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.

2.- Os concorrentes têm cinco dias após a notificação do *Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas* para se pronunciarem sobre o mesmo.

3.- Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes poderão, querendo, consultar todo o processo de contratação na sede da entidade adjudicante.



**VI – Habilitação e caução****Artigo 22.º  
(Requisitos)**

São requisitos de habilitação do(s) concorrente(s), sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes:

- a) A titularidade de alvará de construção, emitido pelo *Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP)*, titulando as autorizações seguintes, sem prejuízo do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho:
- A 1.ª subcategoria (Estruturas e elementos de betão) da 1.ª categoria (Edifícios e património construído), **em classe correspondente ao valor da proposta;**
  - A 1.ª subcategoria (demolições) da 5.ª Categoria (Outros trabalhos), em classe correspondente ao valor dos respetivos trabalhos;
  - A 4.ª subcategoria (Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias) da 1.ª Categoria (Edifícios e património construído), em classe correspondente ao valor dos respetivos trabalhos;
  - A 5.ª subcategoria (estiques, pinturas e outros revestimentos) da 1.ª Categoria (Edifícios e património construído), em classe correspondente ao valor dos respetivos trabalhos;
  - A 6.ª subcategoria (carpintarias) da 1.ª Categoria (Edifícios e património construído), em classe correspondente ao valor dos respetivos trabalhos;
  - A 7.ª subcategoria (trabalhos em perfis não estruturais) da 1.ª Categoria (Edifícios e património construído), em classe correspondente ao valor dos respetivos trabalhos;
  - A 6.ª subcategoria (Saneamento básico) da 2.ª categoria (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas), na classe correspondente à parte dos respetivos trabalhos.
  - A 10.ª Subcategoria (sistemas de extinção de incêndios, de segurança e se deteção), da 4ª Categoria (Instalações elétricas e mecânicas), em classe correspondente ao valor dos respetivos trabalhos;
  - A 1.ª Subcategoria (Instalações elétricas de utilização de baixa tensão com potência até 50 KVA), da 4ª Categoria (Instalações elétricas e mecânicas), em classe correspondente ao valor dos respetivos trabalhos;
  - A 9.ª Subcategoria (Infraestruturas de telecomunicações), da 4ª Categoria (Instalações elétricas e mecânicas), em classe correspondente ao valor dos respetivos trabalhos;

- A 12.ª Subcategoria (Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração), da 4ª Categoria (Instalações elétricas e mecânicas), em classe correspondente ao valor dos respetivos trabalhos;
- A 19.ª Subcategoria (Outras instalações mecânicas e eletromecânicas), da 4ª Categoria (Instalações elétricas e mecânicas), em classe correspondente ao valor dos respetivos trabalhos;
- A 9.ª subcategoria (Ajardinamentos) da 2.ª categoria (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas), na classe correspondente à parte dos respetivos trabalhos.

- b) A inexistência de qualquer impedimento, nos termos enunciados no artigo 55.º do *Código dos Contratos Públicos*.

### **Artigo 23.º**

#### **(Documentos de habilitação)**

1.- O **adjudicatário** deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, sob cominação do prescrito no artigo 86.º, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, será solicitado ao adjudicatário a apresentação de um **plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas**, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.
- b) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente programa de procedimento, dele fazendo parte integrante;
- c) Certidão permanente ou código de acesso à mesma referente à pessoa jurídica do concorrente, ou a todas elas, no caso dos agrupamentos;
- d) Documentos comprovativos de que o concorrente não se encontra nas seguintes situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- e) Alvará ou título de registo pelo *Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP)*, titulando as autorizações previstas na alínea a) do artigo anterior.

1.1 No caso do adjudicatário recorrer à subcontratação, deve apresentar também os seguintes documentos de habilitação, correspondentes ao subempreiteiro:

- a) Certidão permanente ou código de acesso à mesma referente à pessoa jurídica do concorrente, ou a todas elas, no caso dos agrupamentos;
- b) Documentos comprovativos de que o concorrente não se encontra nas seguintes situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;

- c) Alvará ou título de registo pelo *Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP)*, titulando as autorizações previstas na alínea a) do artigo anterior.

2.- Caso o adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.

3.- Caso se verifique a hipótese prevista no artigo 6.º deste programa, os documentos de habilitação referidos no n.º 1 devem ser todos os membros que constituem o agrupamento adjudicatário.

3.- Fixa-se em 5 dias de calendário o prazo para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do *Código dos Contratos Públicos*.

#### **Artigo 24.º**

##### **(Caução)**

1.- O adjudicatário garantirá por caução, a prestar nos termos do disposto nos artigos 88.º e seguintes do *Código dos Contratos Públicos*, em valor correspondente a 5% do preço contratual, o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2.- Se o preço contratual vier a ser fixado em montante considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário corresponderá a 10% daquele preço.

3.- Os termos para a prestação da caução constam dos anexos ao caderno de encargos.

## **VII – Disposições Finais**

#### **Artigo 25.º**

##### **(Comunicações)**

1.- As comunicações feitas durante a fase de formação ou de execução do contrato, entre a entidade adjudicante e os interessados devem ser escritas e efetuadas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2.- As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

3.- Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem sucedido.

4.- As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário a entidade adjudicante, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

#### **Artigo 26.º**

##### **(Despesas e encargos)**

Todas as despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Artigo 27.º**

##### **(Legislação aplicável)**

Em tudo o omissso no presente programa do procedimento, observar-se-á o regime do *Código dos Contratos Públicos*, com as alterações em vigor e restante legislação aplicável.

#### **Artigo 28.º**

##### **(Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas)**

1.- Os contratos sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, cujo valor seja superior a 950.000,00€ não produzem quaisquer efeitos antes do visto ou declaração de conformidade e só entrarão em vigor na data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou do visto prévio, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 4 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam.

**ANEXO I****MODELO DE DECLARAÇÃO****[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]**

1.- ....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>1</sup>..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>2</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2.- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo<sup>3</sup>:

a).....

b).....

3.- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4.- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6.- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>3</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

7.- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura<sup>4</sup>].

---

<sup>4</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



**ANEXO II  
MODELO DE DECLARAÇÃO****[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1.- ....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>5</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>6</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Público.

2.- O declarante junta em anexo (ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados<sup>7</sup>) os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido.

3.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.....(local),.....(data),.....[assinatura<sup>8</sup>].

<sup>5</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>6</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>7</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>8</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ASSOCIAÇÃO JURÍDICA**  
**[a que se refere o n.º 1 do artigo 6º do programa de concurso]**

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>1</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>2</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

- (...)

entidades que integram o concorrente ao .....<sup>3</sup>, tendo tomado claro, perfeito e cabal conhecimento dos termos e condições do procedimento declaram, sob compromisso de honra, que:

1.- Caso lhes venha a ser adjudicada a empreitada, objeto do concurso, se constituirão em agrupamento complementar de empresas ou celebrarão contrato de consórcio em regime de responsabilidade solidária passiva;

2.- Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no contrato de consórcio ou no instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para elas emergentes do contrato;

3.- Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito na relação de todas com a entidade adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;

4.- Nenhuma das entidades que integram o concorrente poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição do mesmo merecerá a prévia autorização da entidade adjudicante.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura<sup>4</sup>].

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>3</sup> Identificação do procedimento

<sup>4</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

**ANEXO IV**

*(a que se refere o artigo 25.º do Programa do Concurso)*

**Modelo de Guia de Depósito para garantia das obrigações do adjudicatário**

*(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)*

€ \_\_\_\_\_, \_\_\_\_

Vai \_\_\_\_\_ (*Identificação completa do adjudicatário*) \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (*endereço*) \_\_\_\_\_, depositar na \_\_\_\_\_ (*sede, filial, agência ou delegação*) \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ (*instituição bancária*) \_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ (*extenso*) \_\_\_\_\_ em dinheiro/representada por títulos (1), como caução exigida no âmbito do \_\_\_\_\_ (*identificar o procedimento*) \_\_\_\_\_, relativo à adjudicação correspondente a \_\_\_\_\_ (2) \_\_\_\_\_, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem de \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante*) \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (*endereço*) \_\_\_\_\_, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_.

-----  
(1) Eliminar o que não interessar.

(2) Indicar o objeto da adjudicação (Ex.: Contrato de empreitada de ...).

**ANEXO V**

*(a que se refere o artigo 25.º do Programa do Concurso)*

**Modelo de Garantia Bancária/Seguro-caução para garantia das  
obrigações do adjudicatário**

*(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)*

**Garantia Bancária n.º \_\_\_\_ ou Seguro-caução – Apólice n.º \_\_\_\_**

Em nome e a pedido de \_\_\_\_ (*Identificação completa do adjudicatário*) \_\_\_\_, vem o(a) \_\_\_\_ (*Identificação completa da instituição garante*) \_\_\_\_, pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_\_\_ (*Identificação completa da entidade beneficiária*) \_\_\_\_, uma garantia bancária/seguro-caução (1), até ao montante de €\_\_\_\_, \_\_\_\_ (*extenso*) \_\_\_\_, destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do \_\_\_\_ (*identificar o procedimento*) \_\_\_\_, relativo à adjudicação correspondente a \_\_\_\_ (2) \_\_\_\_, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs \_\_\_\_ (3) \_\_ do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde \_\_\_\_% (4) do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (5) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_

- 
- (1) Eliminar o que não interessar.
  - (2) Indicar o objeto da adjudicação (Ex.: Contrato de empreitada de ...).
  - (3) Tratando-se de “garantia bancária”, devem indicar-se os n.ºs 6 e 8 (do artigo 90.º);  
Tratando-se de “seguro-caução”, devem indicar-se os n.ºs 7 e 8 (do artigo 90.º).
  - (4) O valor da caução será de 5% do preço contratual, exceto se o valor da proposta adjudicada for considerada com “preço anormalmente baixo”, situação em que o valor da caução é de 10% do preço contratual – Vide n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º.
  - (5) Eliminar o que não interessar.

**ANEXO VI**

*(a que se refere o artigo 19.º do Programa do Concurso)*

**Concurso Público: CPE.19.23.DMOSM**

**Contratação:** empreitada de “**MUSEALIZAÇÃO DA ÁREA DAS CARVALHEIRAS - ÁREA ARQUEOLÓGICA, CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E ÁREA ENVOLVENTE**”.

**Preço base (Pb): €3.969.823,37** (três milhões novecentos e sessenta e nove mil oitocentos e vinte e três euros e trinta e sete cêntimos);

**Prazo máximo de execução da empreitada: 18 (dezoito) meses.**

**I - Disposições Gerais****Artigo 1.º****(Regulamento)**

O presente regulamento visa definir o enquadramento procedimental, organizacional e metodológico para a concretização dos trabalhos de análise, avaliação e ordenação das propostas, com vista à formulação de uma proposta de decisão final do procedimento ao órgão competente da entidade adjudicante.

**Artigo 2.º****(Objeto do regulamento)**

1.- O objeto do presente regulamento serão as propostas apresentadas no âmbito do procedimento: **CPE.19.23.DMOSM empreitada de “MUSEALIZAÇÃO DA ÁREA DAS CARVALHEIRAS - ÁREA ARQUEOLÓGICA, CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E ÁREA ENVOLVENTE”.**

2.- Para efeitos de análise das propostas serão considerados os documentos apresentados pelos concorrentes, sem prejuízo da possibilidade do júri solicitar esclarecimentos quando tenha fundadas dúvidas interpretativas.



**Artigo 3.º****(Júri do procedimento)**

1.- O júri do procedimento procederá à avaliação das propostas e à execução dos demais procedimentos relacionados e à formulação da recomendação de decisão final do procedimento.

2.- O júri foi designado pelo órgão competente da entidade adjudicante, podendo este a todo o tempo, alterar a respetiva composição.

**Artigo 4.º****(Consultores e estudos de apoio à decisão)**

1.- O júri do procedimento poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos.

2.- As deliberações do júri do procedimento poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

**II - Análise das propostas****Artigo 5.º****(Objetivo)**

1.- As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas, avaliadas e, em função disso, hierarizadas por ordem decrescente de mérito.

2.- O mérito das propostas será aferido em função do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, o critério da *proposta economicamente mais vantajosa*, por ponderação dos fatores e subfatores que se indicam de seguida:

Fatores	Subfatores	Ponderação		
Preço		80%		100%
Valia técnica da proposta	Metodologia	50%	20%	
	Programa de trabalhos	50%		

3.- As operações de avaliação respeitarão o disposto no artigo 75.º do *Código dos Contratos Públicos*.

### **Artigo 6.º**

#### **(Fatores e subfatores)**

1.- Os fatores e subfatores do critério de adjudicação serão operacionalizados por intermédio de uma fórmula matemática ou de descritor que quantificará o impacto de cada proposta a ele subsumido.

2.- Os descritores descreverão, com a objetividade possível, os impactos de cada proposta em relação ao fator ou subfator do critério em questão.

3.- Cada um dos descritores compreenderá diferentes níveis de referência, a que corresponderá uma valia matemática.

4.- As valias relativas de cada uma das propostas, face a cada fator e subfator do critério de adjudicação, matematicamente identificadas, serão ponderadas em função do coeficiente determinado no n.º 2 do artigo 5.º do presente regulamento.

### **Artigo 7.º**

#### **(Análise das propostas)**

O júri, previamente a qualquer operação de avaliação, analisará as propostas e determinará quais as que se conformam com os documentos normativos do procedimento e com as prescrições legais, propondo a exclusão daquelas cujos vícios ou irregularidades seja suscetíveis de integrar o disposto no n.º 2 do artigo 70.º ou do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Artigo 8.º**

#### **(Avaliação das propostas)**

1.- O Júri procederá à leitura e análise das propostas que não devam ser excluídas, subsumindo-as individualmente, relativamente a cada fator ou subfator do critério de adjudicação, à fórmula matemática ou ao descritor determinado nos artigos seguintes do presente regulamento, apurando o impacto parcial individual de cada proposta.

2.- Uma vez determinado o nível de impacto de cada proposta ser-lhe-á fixada a pontuação correspondente ao nível a que a mesma tenha sido subsumida.

3.- À pontuação atribuída nos diferentes fatores e subfatores serão aplicados os respetivos coeficientes de ponderação.

4.- Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados considerando sempre quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à segunda casa decimal.

**Artigo 9.º****(Classificação das propostas)**

1.- Uma vez determinadas as valias das propostas, o júri ordená-las-á por ordem decrescente de mérito, aferido em função da pontuação obtida pelas mesmas nos diferentes fatores e subfatores do critério de adjudicação.

2.- Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função da pontuação que cada uma delas obteve no fator do critério com maior ponderação.

3.- Se, efetuada a operação indicada no número anterior, o empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.

4.- A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

5.- O Júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na dita sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

**Artigo 10.º****(Fator preço)**

1.- O factor *preço* será preenchido por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o *preço base* e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a **€0,1 (um cêntimo)**.

2.- A análise das propostas em face do fator *preço* será operacionalizada pela subsunção das mesmas ao descritor seguinte:

Descritor	Pontuação
Preço	$1,00 - \frac{\text{Preço Proposto} - 0,01 \text{ €}}{\text{Preço Base} - 0,01 \text{ €}}$

**Artigo 11.º****(Metodologia de avaliação)**

1.- O fator valia técnica será preenchido pelos subfatores indicados no artigo 5.º do presente regulamento (metodologia e programa de trabalhos), que participarão, nas percentagens também ali indicadas, para a pontuação final das propostas naquele fator.

2.- Para preenchimento do subfator **metodologia**, as propostas serão avaliadas tendo em conta a memória descritiva e justificativa da metodologia de execução dos trabalhos conforme os descritores propostos no artigo 12.º do presente regulamento e contando a sua adequação às especificidades do projeto de execução.

3.- Para preenchimento do subfator **programa de trabalhos**, as propostas serão avaliadas tendo em conta a sua qualidade e quantidade, relacionando-as com as necessidades efetivas do tipo de obra concursada (plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos).

4 – **Relativamente ao subfator metodologia, deverá ser apresentado, em Memória Descritiva e Justificativa, um quadro informativo onde o concorrente identifique, e assuma integralmente, o local (páginas ou artigo) onde considera que consta a fundamentação/informação que conduza os membros do júri à análise particular do cumprimento dos critérios de análise previstos no descritor;**

## **Artigo 12.º**

### **(Descritor de avaliação)**

A análise das propostas em face do fator «**valia técnica**» será operacionalizada pela subsunção das mesmas aos descritores seguinte:

#### **1.º Subfator – Metodologia**

1.- A pontuação final do subfator **metodologia** será determinada pelo somatório das pontuações atribuídas em cada critério de análise;

2.- A pontuação dos critérios será determinada apenas por duas possíveis pontuações. Valor 0 (zero) caso não se considere cumprido o respetivo critério em análise, ou o valor constante na coluna <pontuação>, no pressuposto do júri do procedimento considerar cumprido o correspondente critério de análise;

Subfatores de Avaliação e Ponderação	Pontuação	Descritor – Critérios de análise
<b>1.º Subfator – Metodologia</b>  Para preenchimento do subfator metodologia, as propostas serão avaliadas tendo em conta a memória descritiva e justificativa da metodologia de execução dos trabalhos e contando a sua adequação às especificidades do projeto de execução.	0,20	<b>C1.1</b> Apresenta e descreve a metodologia de trabalho proposta pelo concorrente para execução da empreitada, de uma forma coerente, congruente, adaptada às características e objeto da empreitada;
	0,15	<b>C1.2</b> Apresenta e descreve a metodologia proposta pelo concorrente para a execução da empreitada, organizada segundo uma sequência cronológica lógica compatível com plano de trabalhos e com os objetivos gerais da empreitada;
	0,20	<b>C1.3</b> Explicita e descreve o modo e os processos construtivos utilizados para a execução dos trabalhos/tarefas previstos no mapa de trabalhos;
	0,15	<b>C1.4</b> Identifica os condicionantes locais e riscos que possam potenciar o desvio no cumprimento do prazo de execução;
	0,10	<b>C1.5</b> Face aos condicionalismos e riscos enunciados no critério anterior, identifica as medidas compensatórias a implementar de forma a corrigir e mitigar o risco de desvio – obrigatório identificar medidas associadas ao risco da quebra de cadeias de fornecimento de materiais e mão de obra;
	0,10	<b>C1.6</b> Apresenta o rendimento diário de cada trabalho/tarefa em relação à unidade de medida considerada em caderno de encargos;
	0,10	<b>C1.7</b> Descreve e enuncia, de uma forma lógica, as diferentes frentes de trabalho que se prevê alocar e afetar durante a execução dos trabalhos, enunciando a respetiva relação de interdependência e precedência entre as diferentes frentes de trabalho;



**2.º Subfator – Programa de trabalhos**

3.- A pontuação final do subfator **programa de trabalhos** será determinada pelo somatório das pontuações atribuídas em cada critério de análise;

4.- A pontuação de cada critério será determinada apenas por duas possíveis pontuações. Valor\_0 (zero) caso não se considere cumprido o respetivo critério em análise, ou o valor constante na coluna <pontuação> no pressuposto do júri do procedimento considerar cumprido o correspondente critério de análise;

Subfatores de Avaliação e Ponderação	Pontuação	Descritor - Critérios de análise
<b>2.º Subfator- Programa de trabalhos</b>  Programa de trabalhos pormenorizado à semana, resultante da articulação e do encadeamento sequencial das atividades a desenvolver.	0,10	<b>C2.1</b> O plano de trabalhos e o plano de mão-de-obra são totalmente compatíveis entre si.
	0,10	<b>C2.2</b> O plano de trabalhos e o plano de equipamentos são totalmente compatíveis entre si.
	0,10	<b>C2.3</b> O plano de trabalho e de mão-de-obra identifica e explana as diferentes frentes de obra, assim como a respetiva carga de mão de obra a afetar a cada frente de trabalho;
	0,10	<b>C2.4</b> O plano de trabalhos expõe e explicita claramente as atividades que constituem o(s) caminho(s) crítico(s) no desenvolvimento dos trabalhos;
	0,15	<b>C2.5</b> O plano de trabalhos expõe todas as especialidades e respetivas atividades a executar, referenciando-as semanalmente.
	0,10	<b>C2.6</b> O plano de trabalhos demonstra a coerência da calendarização semanal, bem como a efetiva possibilidade do seu cumprimento do prazo de execução proposto
	0,15	<b>C2.7</b> O plano de trabalhos demonstra e apresenta, com coerência, o encadeamento sequencial e as relações de precedência e sucedência e as atividades integrantes do Programa de Trabalhos.
	0,10	<b>C2.8</b> O plano de mão-de-obra expõe todas as equipas e respetivas atividades a executar, referenciando-as semanalmente por homem e tipo de profissão.
	0,10	<b>C2.9</b> O plano de equipamentos expõe todos os tipos de equipamentos e respetivas atividades a executar, referenciando-os semanalmente.

**Artigo 13.º****(Pontuação final)**

A pontuação final de cada proposta será obtida por aplicação da fórmula seguinte:

$$C = 0,80 \cdot P + 0,20 \cdot (0,50 \cdot M + 0,50 \cdot PT)$$

Em que:

«C» representa a “pontuação final de cada proposta”;

«P» representa a “pontuação do factor Preço”

«M» representa a “Somatório da pontuação no subfator *Metodologia*”

«PT» representa a “Somatório da pontuação no subfator *Programa de trabalhos*”

**III - Ordenação das propostas e recomendação de adjudicação:****Artigo 14.º****(Relatório Preliminar de Análise e Avaliação de Propostas)**

1.- O júri do procedimento, com base nas propostas e na análise que às mesmas tiver realizado, aos estudos que eventualmente tenha colhido ou aos relatórios técnicos realizados, elaborará um relatório fundamentado, que documentará os trabalhos executados, os motivos para a exclusão de quaisquer propostas, a apreciação e o mérito de cada uma delas em face do critério de adjudicação e estabelecerá, com aquele fundamento, a respetiva ordenação por ordem decrescente de mérito.

2.- O Relatório Preliminar deverá ainda conter, a título de fundamentação, uma nota explicativa da metodologia e processo de análise e apreciação aplicados pelo Júri, que não prejudicará o disposto no presente regulamento.

**Artigo 15.º****(Audiência prévia)**

1.- O júri procederá à realização da audiência prévia escrita aos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 147.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- O disposto no presente artigo e no anterior repetir-se-á em caso de necessidade de reformulação do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas caso se verifique alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 148.º do *Código dos Contratos Públicos*.

**Artigo 16.º****(Relatório Final de Análise e Avaliação de Propostas)**

Ponderadas as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, se existirem, o júri do procedimento elaborará um Relatório Final de Análise e Avaliação de Propostas, no qual:

- a) Concretizará em versão definitiva o Relatório Preliminar;
- b) Fundamentará os motivos do não acolhimento das críticas movidas em audiência prévia, se tiverem existido;
- c) Procederá à ordenação das propostas;
- d) Formulará uma recomendação de adjudicação.